

A AÇÃO PEDAGÓGICA DA IGREJA CATÓLICA NO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: HISTÓRIA E PERSPECTIVA

Humberto José da Rocha*

Resumo

Este artigo trata da ação pedagógica da Igreja Católica nos Movimentos Sociais no Alto Uruguai, tendo como base o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Considerando o momento de estruturação deste movimento social no final da década de 1970-80 quando da construção das barragens de Itá e Machadinho, e o contexto atual, quando está em construção a barragem da usina hidrelétrica Foz do Chapecó, analisa-se as mudanças nas ações pedagógicas da Igreja Católica, procurando levantar as condicionantes e os reflexos dessas mudanças na relação MAB/Igreja e propondo alternativas para as duas instituições diante dos desafios apresentados pela sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Educação, história, movimentos sociais, religião, sociedade

THE PEDAGÓGICA ACTION OF THE CATHOLIC CHURCH IN MOVEMENT OF THE DAM AFFECTED PEOPLE: HISTORY AND PERSPECTIVE

Summary

This article deals with the action teaching of the Catholic Church in Social Movements in the Upper Uruguay, based on the Movement of the Dam Affected Peoples (MAB). Considering the time of structuring this social movement at the end of the decade of 1970-80 when the construction of dams of Itá and Machadinho, and the current context, when the dam is under construction of hydroelectric power plant Foz do Chapecó, analyzes the changes in stock teaching of the Catholic Church, seeking to lift the constraints and the repercussions of these changes in the relationship MAB/Church and proposing alternatives to the two institutions face the challenges presented by contemporary society.

Keywords: Education, history, social movements, religion, society

Considerações Iniciais

No momento em que o Simpósio Nacional de Educação destaca entre seus objetivos a tarefa de “realizar leituras críticas sobre a prática docente na sociedade contemporânea para transformação social”, e para isso admite como caminho de discussão uma temática envolvendo “Teologia, História, Movimentos e Organizações Sociais”, abre-se um leque considerável de possibilidades que têm pertinência considerando que nas sociedades complexas as discussões acerca da educação não podem ser restritas somente ao ambiente escolar, mas em qualquer prática pedagógica que envolva troca de conhecimentos ou que potencialize a convivência social, seja no entendimento do mundo em que se vive, na manutenção da estrutura vigente ou na transformação da sociedade.

Partindo dessas considerações gerais, este artigo propõe uma breve discussão acerca da ação pedagógica da Igreja Católica na estruturação do Movimento dos Atingidos por Barragens, tendo como palco a construção das usinas hidrelétricas (UHEs) de Itá e Machadinho, no final da década de 1970 e decorrer da década de 1980 e a participação da Igreja nas discussões acerca da construção da barragem da UHE Foz do Chapecó, a qual tem previsão de operação para o ano de 2010, portanto em pleno processo de construção. Então, a partir de observações empíricas, pretende-se refletir sobre a atual relação Igreja/MAB, enquanto mediador e movimento social, projetando os reflexos dessa relação nessas instituições. Para isso, a argumentação divide-se em três momentos: o contexto político, social e institucional em que se deu a relação Igreja/MAB nas décadas de 1970-80; as ações práticas da Igreja em relação ao movimento social e seus reflexos; e, finalmente, dados empíricos do caso da UHE Foz do Chapecó, que comparados com o contexto inicial, leva às considerações finais.

O contexto político, social e institucional do final da década de 1970 e início de 1980

É praticamente unânime na bibliografia acerca dos Movimentos Sociais, a importância da mediação da Igreja Católica na organização e mobilização da população do Alto Uruguai gaúcho e catarinense diante da possibilidade da construção das barragens na bacia hidrográfica do rio Uruguai.¹

O termo “mediação” sugere uma dimensão político-educativa à temática dos movimentos sociais que vai desde o desenvolvimento de uma consciência crítica individual,

que pode se dar a partir da vivência *informal* em sociedade, até as ações organizadas em práticas pedagógicas *formais* – cursos, palestras informativas, formações de lideranças, eventos promocionais – que visam organizar e mobilizar a população na direção de suas demandas em determinados contextos. Nesse sentido a Igreja Católica teve papel preponderante na região do Alto Uruguai a partir do final da década de 1970, tanto que “pelo menos 90% dos quadros dirigentes e intermediários de *todos* os movimentos sociais no período” tiveram alguma orientação pedagógica na Igreja (MORAES, 1996: 81-82). A eficiência e o respaldo da religião católica na mobilização social da população do Alto Uruguai encontra explicações históricas a partir de elementos sociais, políticos e institucionais.

Oriundos das Colônias Velhas², os imigrantes italianos que se fixaram na região do Alto Uruguai mantiveram a característica marcante da religiosidade, que desde o início da colonização italiana no Rio Grande do Sul “foi um fator de integração e uma força dinâmica que permitiu ao colono italiano fugir da desintegração social, oferecendo-lhe um quadro sociocultural no qual ele se reconhecia e se expandia” (MANFROI, 2001: 122), o que, guardadas as proporções, ainda é um elemento importante no meio rural da região.

No plano político, no final da década de 1970 o regime militar mostrava sinais de enfraquecimento do poder de repressão, tanto que a Lei da Anistia (agosto de 1979) permitiu a volta dos exilados políticos para o país, o que veio a reforçar o ativismo nas diversas causas sociais fortalecendo a sociedade civil. Em novembro do mesmo ano, o fim do bipartidarismo promoveria a divisão das elites acarretando assim no enfraquecimento das oligarquias. Este cenário de abertura democrática reforçava a ação de segmentos progressistas da Igreja que no auge da ditadura militar serviram como refúgio de práticas populares de contestação.

No aspecto institucional, foi fundamental para o período a orientação da Teologia da Libertação, que se concentrando em aspectos sociais, além dos religiosos, seguia a linha progressista da libertação da América Latina das diversas formas de opressão a partir de uma “opção preferencial pelos pobres”, o que ficou claramente estabelecido na II Conferência do Episcopado Latino-americano, em Medellín (Colômbia/1968), e confirmado na III Conferência do Episcopado Latino-americano em Puebla (México/1979). Neste contexto criaram-se as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e personalidades como Leonardo Boff e Paulo Freire foram expoentes teóricos dessa política (SCHERER-WARREN, 2005: 33-35).

Então, sob este contexto é que se pode entender a atuação da Igreja nas questões sociais na região do Alto Uruguai. No referente à questão das barragens, em outubro de 1979, o governo federal, através da subsidiária ELETROSUL, publicava o “Estudo do Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai”, que previa a construção de 22 usinas hidrelétricas na bacia hidrográfica, sendo as usinas de Machadinho e Itá as primeiras barragens a serem construídas, significando que grandes áreas de terra teriam que ser inundadas naquelas regiões. Começava então o processo de mobilização social que teria a participação decisiva da Igreja Católica através de uma importante mediação político-pedagógica.

As ações da Igreja Católica na estruturação do Movimento dos Atingidos por Barragens

Conforme o exposto, a Igreja era protagonista da cena social do final da década de 1970 no Alto Uruguai, momento em que se torna público um projeto hidrelétrico que previa a construção de 22 barragens na bacia do rio Uruguai, implicando na possível expropriação das populações que residissem nas áreas determinadas para tais projetos.

Para apresentar de forma geral a participação da Igreja Católica na estruturação do movimento social envolvendo a questão das barragens, distingue-se as ações em três níveis: organizacionais, mobilizadoras e pedagógicas.

O sentido organizacional dá-se a partir de elementos culturais, geográficos e populacionais que estão diretamente ligados ao fato da predominância italiana na região do Alto Uruguai. Inicialmente, é importante retomar o fator cultural de que o descendente de italiano tem um forte apego ao catolicismo que vai além da questão religiosa, chegando a refletir no social. Isto, de certa forma, ajudou a legitimar a ação dos clérigos em questões além do âmbito religioso. Além disso, a disposição territorial da imigração italiana em “linhas”³, ajudou na organização do movimento social a partir de “Comissões Locais” (CL), onde eram aproveitadas as estruturas físicas dessas comunidades (os salões paroquiais) para desenvolver ações pedagógicas como cursos, encontros e reuniões, além do que, muitas das lideranças dessas localidades, se tornaram naturalmente líderes também da causa das barragens, a ponto de representar cada qual a sua localidade em reuniões regionais, geralmente nos municípios de Concórdia, Erechim e Chapecó. Então, foi possível estabelecer uma rede organizacional que integrava o colono atingido no interior da linha, a liderança local, até um grupo principal

que conduziria as discussões com a ELETROSUL, naquele momento o “adversário” do movimento social que se organizava.

As ações mobilizadoras desencadeadas pela Igreja foram no sentido de aglutinar e encorajar a população para a luta diante da construção das barragens. Alguns eventos comprovam a importância da Igreja neste sentido. Quando ainda se sabia pouco sobre a instalação das usinas para o Alto Uruguai, a Igreja foi decisiva ao levar para a região colonos atingidos pelas usinas de Itaipu, Salto Osório e Salto Santiago para dar depoimentos de seu dilema em decorrência das barragens, além da exposição do vídeo “Os Expropriados”, onde retratava a inundação em decorrência da barragem de Itaipu. Sob o lema “Barragens: águas para a vida, não para a morte”, a Romaria da Terra, realizada no dia 15 de fevereiro de 1983, no atual município de Carlos Gomes (na época distrito de Viadutos) reuniu aproximadamente 30 mil pessoas (ROTHMAN, 1996: 119-123). Em março de 1984, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB)⁴ organizou um abaixo assinado que reuniu 1.016.000 (um milhão e dezesseis mil) assinaturas, deixando clara a sua idéia de “Não às barragens”, que aparecia como proposta no cabeçalho do documento. Sobre o abaixo assinado, sabe-se que a ação religiosa influenciou a ponto de um pregador, em relação ao documento declarar: “Quem não crê no espírito de Cristo, não assina... Quem acredita que deve lutar pelo irmão, que vai sofrer, assina. Quem ama o irmão como a si mesmo, assina...” (SCHERER-WARREN & REIS, 1989: 45 Apud POLI, 1999: 158). Essas manifestações unindo fé e política são exemplos concretos da ação mobilizadora da Igreja no sentido da estruturação do Movimento dos Atingidos por Barragens. A mobilização ocorria também em nível de recursos financeiros, tanto que Dom José Gomes, então bispo da Diocese de Chapecó, disponibilizou um automóvel e um agente pastoral, “liberado”⁵ para o trabalho de mobilização, além da intermediação para recorrer ao apoio financeiro de Organizações Não-governamentais (ONGs) internacionais como a francesa CCFD (Comitê Católico Contra a Fome e pelo Desenvolvimento) (ROTHMAN, 1996: 124).

Embora as ações mencionadas tenham muito de pedagogia, num sentido mais formal, a Igreja participou na formação de lideranças e na conscientização da população acerca da problemática das barragens. De um modo geral, a Diocese de Chapecó mantinha um Serviço de Assessoria e Informação (SAI), que prestava assessoria aos sindicatos e movimentos sociais da região (POLI, 1999: 90), enquanto em Erechim destacaram-se a Escola Diocesana de Servidores de Erechim e o curso de Teologia e Ação Pastoral (TAPA) ambas trabalhando

na formação de lideranças (MORAES, 1996: 84). Tanto nesses cursos formais como em reuniões e encontros aleatórios nas localidades, o preparo intelectual e a pedagogia dos clérigos foram importantes na conscientização da população atingida. Em entrevista, o padre Valter Girelli lembrou de uma das dinâmicas que utilizava nesses encontros nas localidades. Segundo as palavras do padre

naquela época não tinha *datashow* e essas coisas, então eu fazia um desenho no quadro de um peixe grande, como se fosse um tubarão e na frente dele um peixinho pequeno como se fosse um lambarizinho. Então na história o tubarão queria comer o lambarizinho e daí eu desenhava um monte de peixinhos que formavam um peixão maior que o tubarão. Então isso era uma dinâmica que se fazia no sentido de mobilizar as pessoas tendo o rio como tema.

Segundo o entrevistado, o trabalho pedagógico partia do princípio do “ver, julgar e agir”. Baseado nesta “metodologia dialética”, buscava-se, a partir da apresentação do contexto social considerando o horizonte cultural daquela população, despertar neles a capacidade de compreensão dos fatos sociais e disso desenvolver estratégias de mobilização. Então, pode-se verificar que a contribuição da Igreja Católica ocorreu em diferentes níveis de atuação que foram desde a habilidade pedagógica dos clérigos nas reuniões nas localidades, até a captação de recursos internacionais para a organização e manutenção do movimento social.

O caso da UHE Foz do Chapecó

Inicialmente é preciso distinguir o contexto social em que se dá a construção da barragem da UHE Foz do Chapecó em relação ao apresentado anteriormente sobre o final da década de 1970. Mudanças significativas ocorreram no setor hidrelétrico, no país e no mundo, mudanças essas, que tiveram reflexos diretos nas relações sociais envolvendo a questão das barragens bem como nas instituições que historicamente participam das discussões sobre este tema.

O declínio do socialismo mundial e a consolidação do capitalismo, a abertura democrática no Brasil, o neoliberalismo (momento em que se dá a privatização do setor hidrelétrico), a chegada ao poder de um governo “de esquerda”, e o momento institucional que vive a Igreja Católica, são elementos que de forma geral condicionaram mudanças significativas na relação entre Igreja e MAB. A UHE Foz do Chapecó, em construção no rio

Uruguai entre os municípios de Alpestre (RS) e Águas de Chapecó (SC), serve como campo de pesquisa para o estudo do atual momento que atravessa a questão hidrelétrica na bacia do rio Uruguai.

Ao tratar das ações pedagógicas promovidas pela Igreja sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens, é preciso entender essa relação a partir de dois pressupostos. Primeiro, que o MAB enquanto movimento social, já conquistou relativa autonomia em relação aos mediadores históricos que contribuíram quando da sua estruturação. Segundo, é que a Igreja, ao passo que no final da década de 1970 tinha forte orientação da Teologia da Libertação, atualmente pode-se perceber o predomínio das ações na linha da Renovação Carismática Católica (RCC)⁶, que se dá simultaneamente ao refluxo da orientação anterior.

Segundo o Padre Valter Girelli (Entrevista), paralelo ao amadurecimento e autonomia do MAB, a Igreja Católica atravessa uma fase de reavaliação institucional diante do contexto atual. Segundo o entrevistado, pode-se perceber “hoje uma Igreja mais burocrática, mais voltada para si mesma no sentido do fortalecimento enquanto instituição”. Não se quer com isso apontar a substituição da Teologia da Libertação pela Renovação Carismática Católica como norteadora das práticas católicas, nem tampouco afirmar o afastamento da Igreja das causas sociais, mas, evidentemente, assinalar mudanças na relação entre Igreja e MAB na análise proposta neste trabalho.

Um fato concreto pode ser levantado no sentido de comprovar tal mudança na relação. Ocorre que no município de Águas de Chapecó (SC), por ocasião da instalação do canteiro de obras da UHE Foz do Chapecó, o MAB inicia uma série de mobilizações a partir do ano 2000. Seguindo os padrões socioculturais expostos anteriormente, a comunidade da Capela São Miguel Arcanjo, na linha Saltinho do Uruguai (Águas de Chapecó), onde seria instalado o canteiro de obras, reuniu-se no salão paroquial daquela comunidade em pelo menos duas oportunidades, onde segundo as atas, deliberou-se:

Aos 18 dias do mês de agosto de 2006 foi realizada uma reunião da Capela São Miguel Arcanjo da comunidade do Saltinho do Uruguai para tratar dos seguintes assuntos. 1º foi tratado do problema da comunidade com relação à construção da hidrelétrica. [...] O presidente do conselho colocou que a empresa tivesse como base o conceito de comunidade atingida. O coordenador do MAB falou da experiência da barragem de Itá [...]. O padre Flávio mostrou-se preocupado com o futuro da comunidade, diz ele que falou com os técnicos da ETS, prefeito, mas que a comunidade é que vai decidir o que for melhor para todos. (p. 2)

Aos 11 dias do mês de dezembro de 2006 reuniram-se os sócios da capela São Miguel Arcanjo de Saltinho do Uruguai para tratar dos seguintes assuntos: 1º foi falado da situação da comunidade que o consórcio quer derrubar a igreja sendo que ninguém consultou a comunidade para resolver o problema da comunidade. [...] Foi discutido e foi tomado a decisão de que não deixaremos derrubar a igreja antes que acerte com a comunidade e que os verdadeiros donos (recebam) sejam respeitados garantindo o direito de todos. (p. 7)

Observando os trechos das atas, pode-se perceber que se mantém a ligação entre o MAB e a Igreja tendo o próprio padre como um dos mediadores entre a comunidade e o Consórcio responsável pela construção da usina hidrelétrica. Passado algum tempo, as negociações avançaram. O salão paroquial e a igreja onde se deram as reuniões já foram desativadas para fins de construção da usina e novas instalações já foram entregues àquela comunidade em troca daquelas prejudicadas pela obra.

Quando da pesquisa de campo feita em janeiro de 2008, pode-se verificar o ganho material que a comunidade teve no tocante à estrutura física das instalações atuais da Capela (igreja e salão paroquial) em relação às antigas. Porém, verificou-se o descontentamento de parte dos moradores no que diz respeito ao modo como foi conduzida a negociação por parte da Igreja. Segundo as palavras do ex-presidente da comunidade, no cargo na época da desapropriação,

o padre e o prefeito venderam a comunidade. Eu nunca vi uma Igreja feita só pra padre ou pra prefeito. Nós fizemos uma reunião da comunidade pra combinar que nós ia decidir junto pra ver o que ia ser feito da comunidade, o padre assinou a ata dizendo que ia junto com nós, que ia ajudar nós a negociar com a empresa, mas depois se reuniu sozinho com o prefeito e a empresa e fizeram o negócio. [...] O padre foi e disse na rádio que vendeu bem a comunidade que não valia a metade do que foi pago e que ia construir uma nova sede melhor. Mas quem botou preço na nossa comunidade nunca botou uma telha naquele lugar, não sabe o que era pra nós, lá tudo mundo participava, vai ver agora quantos tem na igreja nova. [...] Eu me afastei da comunidade, não incomodei, saí quieto e hoje to lá na Nossa Senhora das Graças, porque a gente precisa né. Eu fui convidado e tudo mas não tem como eu ir lá naquela nova, eu não consigo.

No relato do ex-presidente, é possível perceber claramente o descontentamento do morador da comunidade em relação à atitude tomada pelo padre na condução das negociações. Neste caso das negociações entre empreendedor e atingidos, há que se considerar as informações do Consórcio, que afirma o atendimento a todos os requisitos de valor e satisfação dos reassentados, em contrapartida às informações do MAB, que aponta para o descaso e a insuficiência no atendimento aos atingidos por parte do mesmo Consórcio.

Assinaladas essas precauções, o que pesa no caso exposto é a diferença na relação entre Igreja e MAB, se comparado com o período das usinas de Itá e Machadinho no final da década de 1970, quando se pode apontar para uma provável unanimidade no crédito à Igreja pelos atingidos. Já no contexto atual, pode-se verificar um distanciamento da mesma Igreja em relação ao movimento social e a causa dos atingidos.

Considerações Finais

Feita a exposição da mediação da Igreja no Movimento dos Atingidos por Barragens tomando por base dois momentos distintos, antes de sugerir qualquer conclusão são importantes algumas ressalvas. Primeiro, que este trabalho trata de linhas gerais dessa mediação, logo, o aprofundamento da discussão demanda de um estudo mais pontual; segundo, que não se pretende julgar as ações da Igreja, dos clérigos, dos membros do MAB ou dos atingidos; terceiro, é preciso considerar a Igreja enquanto instituição em nível nacional e mundial paralelamente ao âmbito local; e, finalmente, que este trabalho, embora lance mão de elementos históricos, sociológicos, econômicos, políticos e culturais, objetiva principalmente a importância da ação pedagógica da Igreja Católica no movimento social.

Da comparação entre os dois momentos da mediação, fica marcante a mudança de atitude por parte da Igreja Católica no caso da questão das barragens. O que precisa ser discutido são as condicionantes e os reflexos dessa mudança para a Igreja e para o movimento social.

Para o MAB, entende-se que, embora seja notória a autonomia do movimento social em relação aos mediadores históricos da sua formação, perde-se muito com o esfriamento da relação com a Igreja, haja vistos os elementos estruturantes da sociedade do Alto Uruguai, o poder mobilizador da Igreja e a capacidade pedagógica dos clérigos e leigos da instituição.

Para a Igreja, ao fomentar mobilizações dessa natureza, a instituição não está somente ajudando aquelas pessoas ou o movimento social, mas está também agregando valor ao seu discurso e promovendo a manutenção da sua circularidade entre a população, se fazendo presente no cotidiano das populações atingidas.

O que serve tanto para a Igreja quanto para o MAB, é a maneira como as duas instituições estão lidando com o contexto atual da globalização, que aqui, significa a

ampliação das oportunidades, mas também dos desafios. Ambos encontram-se num cenário de concorrência. A Igreja Católica vê o crescimento de outras religiões paralelamente ao decréscimo dos seguidores católicos, enquanto o MAB, ao passo que na década de 1980 defrontava-se com o Estado, agora enfrenta uma estrutura muito melhor organizada e eficiente que conta com um considerável poder econômico e de argumentação em favor das hidrelétricas diante do estilo de vida atual.

Como alternativa diante deste quadro, é interessante para o MAB tentar alcançar legitimação além do horizonte dos atingidos, agregando ao conceito do “indiretamente atingido”, um valor mais amplo na sociedade. Para tanto, apresentam-se argumentos possíveis no campo econômico, social e cultural. Economicamente, as campanhas contra o aumento das tarifas de energia alcançam toda a população, mesmo que distante da área inundada. Socialmente, a denúncia e a reivindicação diante do impacto que essas obras causam nos locais onde se instalam ainda são as maiores ações do movimento social. Finalmente, o aspecto cultural apresenta um enorme potencial catalizador para o movimento social no que diz respeito ao ambientalismo. A partir do momento em que a questão ambiental está na pauta mundial, agregar este elemento ao seu discurso e ações significa aumentar a capacidade de identificação da população com o movimento, independentemente de classe, partido, religião ou qualquer outro elemento diferenciador da sociedade, que poderia identificar-se não necessariamente com a causa do atingido em si, mas com a causa ambiental no sentido de preservação do planeta.

Já no caso da Igreja Católica, a recorrência à linha Carismática aparece como principal alternativa ante o avanço de outras orientações religiosas no Brasil. Ao longo de sua história a instituição deu respostas aos quadros de adversidade, como nas décadas de 1940-50 através dos “apostolados” com movimentos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC), nas décadas de 1960-70 através da Teologia da Libertação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as Pastorais Sociais, e finalmente, quando se depara com um verdadeiro “mercado religioso”, onde se vê proliferar seitas e novas Igrejas a partir de outras já consolidadas, além da resposta que parece estar sendo dada através da Renovação Carismática Católica (RCC), os Católicos são novamente desafiados a responder à questões que se apresentam complexas e que ultrapassam o plano dogmático chegando a discussões que até então eram de cunho científico (o debate envolvendo as células-tronco, por exemplo, é a tônica do momento).

Finalmente, ao se promover um Simpósio Nacional de Educação que objetiva “refletir e analisar criticamente sobre os desafios e contradição do professor na sociedade contemporânea” e “intensificar na prática docente pedagógica a ousadia, a utopia no devir”, eis um problema que não se apresenta apenas às duas instituições enfocadas neste texto, mas sim à pedagogia e à educação de modo geral enquanto práticas: quais as potencialidades e limitações das práticas pedagógicas no contexto da globalização.

Notas

* Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo e professor da rede pública estadual de ensino na E.E.E.M. Prof. João Germano Imlau.

1. Além da Igreja Católica, foco deste trabalho, é importante destacar que junto com a ação deste mediador destacaram-se também a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), “Sindicatos Combativos”, Universidade e Organizações Não-governamentais (ONGs), importantes na estruturação do Movimento dos Atingidos por Barragens no Alto Uruguai.

2. Pelo Ato de 24 de maio de 1870 decidiu-se lotear territórios das terras livres entre o rio Caí, os Campos de Cima da Serra e o município de Triunfo originando a *Colônia Conde d’Eu* (Garibaldi) e a *Colônia Princesa Dona Isabel* (região de Bento Gonçalves). Em 1875 foi fundada uma nova colônia chamada *Fundos de Nova Palmira* (em 1877 foi rebatizada *Colônia Caxias*), e em 1887 foi fundada a colônia de *Silveira Martins* (região de Santa Maria e Cachoeira). Dessas quatro principais colônias, a partir de 1885 fundam-se novas colônias como São Marcos (1885), Mariana Pimentel, Barão do Triunfo, Vila Nova (1888), Antônio Prado, Jaguarí e Guarani (1889). Dessas, os imigrantes italianos passaram a povoar outros territórios como o Alto Uruguai.

3. Segundo Maria Stela Moraes, essa linhas compreendem “estradas ao longo das quais se organizam as pequenas propriedades e uma área comum onde se constrói a estrutura comunitária: capela, escola, cancha de bocha, clube ou salão paroquial, campo de futebol e a ‘bodega’.” Esta forma histórica de organização foi importante para a estruturação do movimento a partir das Comissões Locais.

4. A partir das primeiras mobilizações, no dia 24 de abril de 1979, no município de Concórdia (SC) formalizou-se a Comissão Regional de Barragens (CR), a nomenclatura alterou para Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), e, finalmente, entre os dias 19 a 21 de abril de 1989, durante o “I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens” (Goiânia – GO), optou-se pela organização do movimento em âmbito nacional e em março de 1991 na cidade de Brasília, ocorreu o “I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens”, quando se oficializou o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB). Com isto, a CRAB passou a responder como MAB/Região Sul.

5. Na temática do Movimento dos Atingidos por Barragens, a figura do “liberado” refere-se àquele profissional da Igreja (e de outras instituições como universidades) que era disponibilizado para a militância ou assessoria ao movimento sendo mantido pela sua instituição de origem.

6. Segundo André Ricardo de Souza, essa orientação religiosa nasceu nos Estados Unidos por volta de 1967 e se espalhou por outros países. No Brasil foi pouco divulgada nas décadas de 1970-80, ganhando força nos anos de 1990 quando alcançou todas as dioceses brasileiras. O autor explica que no seio da RCC surgiu uma nova onda católica de reação ao mercado religioso já consolidado no país: padres que cantam e dançam, que procuram e até conseguem alguma projeção na mídia, afirmando ostensivamente: “Sou feliz porque sou católico”. Tornaram-se conhecidos também por se apresentar ao lado de artistas renomados em programas televisivos onde tornaram-se

conhecidos os padres Antônio Maria, Zeca (José Luiz Jansen de Melo Neto), Jorjão (Jorge Luis Neves Pereira) e, principalmente, Marcelo Rossi.

Referências

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. ed. Porto Alegre: Est, 2001.

MORAES, Maria Stela Marcondes de. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação político-educativa dos mediadores. *Revista Brasileira de Educação*, Jan/Fev/Mar/Abr 1996, nº 1, pp. 81-92.

POLI, Odilon Luiz. Oeste catarinense: modernização, êxodo e movimentos sociais no campo. In: POLI, Odilon Luiz. *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó, SC: Grifos, 1999, p. 63-163.

ROTHMAN, Franklin Daniel. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai (1979-1983). In: NAVARRO, Zander. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SOUZA, André Ricardo de. Igreja Católica e mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a competição. *Relig. soc.*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872007000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 Maio 2008.

Entrevistas

GIRELLI, Valter. *O entrevistado, 56 anos, atualmente Reitor do Seminário Nossa Senhora de Fátima em Erechim (RS), foi um dos principais mediadores eclesiais dos movimentos sociais na diocese de Erechim no início da década de 1980*. Erechim - RS, 07 fev. 2008.

PAULA, Laurindo de. *O entrevistado, 50 anos, era o presidente da comunidade por ocasião da desapropriação da área do salão comunitário e da Igreja da comunidade de Saltinho do Uruguai quando da instalação do canteiro de obras da UHE Foz do Chapecó*. Águas de Chapecó-SC, 08 jan. 2008.